Demonstrações Financeiras

OIW Indústria Eletrônica S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021 com Relatório do Auditor Independente



Relatório da Administração

O ano de 2022 foi especial para a OIW. Completando 20 anos de história, a companhia pôde, apesar de um cenário não tão favorável nos mercados nacional e internacional, alcançar novas conquistas.

No primeiro trimestre, a população e as empresas ainda precisavam lidar com as incertezas relacionadas à pandemia de Covid-19. Mesmo com largos passos em direção à tão aguardada "normalidade", com a retomada de grandes eventos sem uso de máscaras e grandes restrições, por exemplo, o mercado de Telecom desacelerou. Os provedores, que haviam investido fortemente em redes mais robustas e serviços que atendessem às novas demandas dos usuários finais, estabilizaram suas compras.

O cenário político nacional, em meio a eleições para governadores e presidente também elevou os níveis de incertezas da economia. Em geral, o mercado arrefeceu. Mesmo assim, com um time empenhado, de aproximadamente 200 colaboradores, a OIW não deixou de trabalhar forte para se aproximar de suas metas.

No início do ano, iniciaram as atividades da unidade de São Francisco do Sul, um Centro de Distribuição com espaço aproximado de 2.500m² para o processo de armazenagem e logística.

Em maio, firmou-se parceria com a gigante chinesa Huawei, e uma grande fatia do mercado de provedores que já trabalha com a marca pôde voltar a fazer negócios com a OIW.

Com uma estratégia ousada, mas amparada em anos de estudos e análises, em julho foi oficialmente lançado o novo braço da companhia: a OIW Solar, que distribui equipamentos para o segmento de energia renovável, das melhores e mais confiáveis marcas do mercado. A expertise em importação e distribuição de equipamentos de telecom, bem como as unidades de atendimento regionalizado, dariam o tom do trabalho da empresa recém-criada.

Neste primeiro ano de atendimento ao solar, iniciamos as atividades através das nossas unidades do RS e SC, utilizando-se das estruturas que já contávamos nestas unidades, tanto de pessoal quanto físicas, onde consequimos agregar faturamento, sem aumento relevante de despesas.





Ruit Cem, 101





Região Sudeste: (11) 3090.3653 - Demais regiões: (51) 3653.6800 - vendas@oiw.com.br

Taquari/RS

Linidade Orodutiva e

de Distribuição (MT)



Alinhado à utilização de estruturas físicas e de pessoal, e com o objetivo de aumentar o faturamento e atender de forma mais ágil a todas as regiões do Brasil no que tange ao mercado de solar, a empresa levará no ano de 2023, produtos de solar para suas demais filiais.

Entregamos em 2022 R\$266.759 mil de receita líquida, o lucro operacional medido pelo EBITDA, foi de R\$28.115 mil, o que representou 10,54% sobre a receita líquida.

Pelo segundo ano consecutivo, a OIW figurou entre as 500 maiores empresas do Sul do Brasil, conforme pesquisa da Revista Amanhã. Marca que muito orgulhou a diretoria e serviu como uma "coroação" do trabalho árduo de todos os colaboradores ao longo dos meses.

A Administração

Taquari/RS, 31 de março de 2023

Fabricio Azambuja Ferreira CPF: 751.249.630-34

Diretor

Roberto Azambuja Ferreira CPF: 988.846.620-87

Diretor









Região Sudeste: (11) 3090.3653 - Demais regiões: (51) 3653.6800 - vendas@oiw.com.br

Taquari/RS

Rus Cem, 101

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Iguatemi Business Avenida Nilo Peçanha, 2.900 9° andar - Chácara das Pedras 91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500

ey.com.bi

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Aos acionistas e administradores da **OIW Indústria Eletrônica S.A.** Taquari - RS

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da OIW Indústria Eletrônica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Reconhecimento de receita com locação de equipamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possui receitas com locação de equipamentos. A Companhia adotou para determinados contratos de locação a prática de registrar as receitas de acordo com o cronograma de pagamentos estabelecidos entre a Companhia e seus clientes, o que representa um desvio em relação às disposições do CPC 06 (R2) — Arrendamentos, que estabelece que as receitas de arrendamentos devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. Consequentemente, o saldo de receita diferida no passivo está apresentado a menor em R\$ 9.058 mil (R\$ 17.267 mil em 31 de dezembro de 2021), os impostos a recuperar estão apresentados a menor em R\$453 mil (R\$863 mil em 31 de dezembro de 2021), a receita operacional líquida está apresentada a menor em R\$7.799 mil (R\$ 6.679 mil em 31 de dezembro de 2021), o prejuízo está apresentado a maior, líquido dos efeitos tributários, em R\$5.147 mil (o lucro líquido a menor em R\$4.408 mil em 31 de dezembro de 2021) e o patrimônio líquido está apresentado a maior, líquido dos impactos tributários, em R\$5.679 mil (R\$10.826 mil em 31 de dezembro de 2021).



Reconhecimento de receita – corte das vendas

Conforme notas explicativas 15 e 16 às demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, respectivamente, nos montantes de R\$ 266.759 mil e R\$ 205.329 mil (R\$ 275.458 mil e R\$ 215.776 mil, respectivamente, em 31 dezembro de 2021), sendo que parcela destes montantes referem-se a produtos que foram entregues aos clientes apenas no exercício subsequente e, portanto, os riscos e benefícios significativos da propriedade e o controle dos produtos ainda não haviam sido transferidos. Consequentemente, nas demonstrações financeiras as contas a receber de clientes estão registradas a maior em R\$9.681 mil (R\$8.335 mil em 31 de dezembro de 2021), os estoques a menor em R\$3.140 mil (R\$5.106 mil em 31 de dezembro de 2021), os impostos a recuperar a menor em R\$1.392 mil (R\$2.159 mil em 31 de dezembro de 2022) e o patrimônio líquido a menor, líquido dos efeitos tributários, em R\$3.398 mil (R\$706 mil em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a receita operacional líquida está registrada a maior em R\$2.113 mil (R\$1.898 mil em 31 de dezembro de 2021), os custos dos produtos vendidos a menor em R\$ 1.966 mil (R\$ 1.845 mil a maior em 31 de dezembro de 2021) e o prejuízo, líquido dos impactos tributários, a menor em R\$ 2.692 mil (o lucro líquido a maior em R\$ 35 mil em 31 de dezembro de 2021).

Ajuste a valor presente sobre saldos de contas a receber

A Companhia não registrou os efeitos do ajuste ao valor presente sobre os saldos de contas a receber apresentados na nota explicativa 6 às demonstrações financeiras, conforme requerido pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Consequentemente, o saldo de contas a receber de clientes está registrado a maior em R\$ 5.180 mil (R\$ 4.361 mil em 31 de dezembro de 2021), a receita operacional líquida está registrada a maior em R\$819 mil (R\$2.699 mil em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, o prejuízo está apresentado a menor, líquido dos efeitos tributários, em R\$541 mil (o lucro líquido a maior em R\$1.781 mil em 31 de dezembro de 2021) e o patrimônio líquido está a maior, líquido dos efeitos tributários, em R\$3.419 mil (R\$2.878 mil em 31 de dezembro de 2021).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto "Reconhecimento de receita – corte das vendas" descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da OIW Indústria Eletrônica S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de maio de 2022, contendo ressalva sobre os mesmos temas detalhados anteriormente na seção intitulada "Base para opinião com ressalva".

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-015199/F

Vicente De Giacomo Pias Contador CRC-RS 097557/O

Balanço patrimonial 31 dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

5.003 5.163 89.417 98.034 4.267	3.321 - 95.209
5.163 89.417 98.034	-
89.417 98.034	95.209
98.034	95.209
4.267	37.258
	1.022
19.466	16.066
489	1.245
221.839	154.121
6.222	5.950
8.703	8.703
9.472	9.472
36.426	40.911
2.568	2.834
116	23
63.507	67.893
	222.014
	63.507 285.346

	Nota	2022	2021
Passivos			
Fornecedores	11	72.903	26.307
Obrigações sociais e trabalhistas		1.111	1.119
Empréstimos e financiamentos	12	91.680	30.429
Derivativos	18	-	791
Impostos a recolher		1.274	1.129
Receita diferida	15(b)	11.865	17.706
Adiantamentos de clientes	()	655	59
Arrendamentos	20	1.622	1.254
Outros passivos		24	13
Total do passivo circulante	- -	181.134	78.807
Empréstimos e financiamentos	12	6.131	41.611
Arrendamentos	20	1.133	1.580
Total do passivo não circulante	- -	7.264	43.191
Patrimônio líquido	13		
Capital social		93.586	93.586
Reservas de lucros		3.362	6.430
Total do patrimônio líquido	-	96.948	100.016
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>-</u>	285.346	222.014

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	266.759	275.458
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	16	(205.329)	(215.776)
Lucro bruto	-	61.430	59.682
Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber Outras despesas operacionais Outras receitas	16 16 16 16	(11.809) (17.387) (3.129) (10.885) 2.811	(15.948) (14.543) (2.553) (7.229) 4.768
Lucro operacional	- -	21.031	24.177
Receitas financeiras Despesas financeiras	17 17	7.719 (31.818)	5.357 (23.522)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(3.068)	6.012
Imposto de renda e contribuição social Corrente Diferido	9 9	- -	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(3.068)	6.012
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício - R\$		(0,032788)	0,064236

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício Outros resultados abrangentes	(3.068)	6.012 -
Resultado abrangente total	(3.068)	6.012

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva para incentivo fiscal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	77.649	419	15.936	-	94.004
Integralização de capital Lucro líquido do exercício Reserva incentivo fiscal	15.937 - -	- - -	(15.937) - 6.012	6.012 (6.012)	- 6.012 -
Em 31 de dezembro de 2021	93.586	419	6.011	-	100.016
Prejuízo do exercício Reserva incentivo fiscal	-	- -	(3.068)	(3.068) 3.068	(3.068)
Em 31 de dezembro de 2022	93.586	419	2.943	-	96.948

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.068)	6.012
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	7.084	5.675
Provisão para perdas esperadas	3.129	2.553
Ganhos ou perdas do imobilizado ou intangível baixado ou vendido	-	(3.725)
Juros provisionados	8.780	7.307
Ajuste a valor presente de arrendamentos	399	-
Variações em:		
Contas a receber de clientes	2.865	(6.960)
Estoques	(60.776)	(9.852)
Impostos a recuperar	(3.245)	` 841 [′]
Outras contas a receber	(3.118)	(3.266)
Fornecedores	46.596 [°]	1.885 [°]
Impostos e contribuições a recolher	145	(74)
Outras contas a pagar	(5.242)	(6.999)
Caixa utilizado pelas atividades operacionais	(6.451)	(6.603)
Juros pagos	(8.780)	(7.307)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(15.231)	(13.910)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(1.001)	(885)
Aquisições de ativo intangível	(119)	(000)
Aplicações financeiras	(5.163)	
Recebimento de dividendos	-	4.500
Fluxo de caixa líquido oriundo das (utilizado nas) atividades de investimentos	(6.283)	3.615
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	66.000	14.590
Amortização de emprestimos e financiamentos - principal	(41.020)	(32.366)
Pagamento de arrendamentos	(1.784)	(1.317)
Dividendos pagos	(1.764)	(1.517)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	23.196	(19.093)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.682	(29.388)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.321	32.709
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.003	3.321

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A OIW Indústria Eletrônica S.A. ("Companhia"), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é Rua Campo Romero, 295 - Taquari - RS. A Companhia está envolvida primariamente na fabricação e distribuição de equipamentos para conectividade indoor e outdoor, oferecendo soluções para provedores de internet FTTx (fibra óptica) e wireless, Wi-Fi empresarial e residencial e segurança além de fornecer serviços de montagem de placas e produtos eletrônicos, acompanhando o mercado no que tange à evolução das fontes de energia, a OIW entra no segmento de distribuição de equipamentos para energia solar no ano de 2022.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua destão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 15, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Impactos do COVID-19

Como o impacto do Covid-19 está em declínio no Brasil nos últimos meses, houve redução das medidas restritivas para enfrentar os problemas de saúde pública e impacto econômico de anos anteriores.

A Companhia continua tomando as medidas preventivas em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar qualquer impacto no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores e não vislumbra impactos que possam afetar a continuidade das operações e dos negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

<u>Nota explicativa 16</u> - reconhecimento de receita: se a receita de locação é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

<u>Nota explicativa 6</u> - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber de cliente: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

<u>Nota explicativa 9</u> - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

e) <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>--Continuação

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui o processo de revisão de todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente a Diretoria.

O processo de avaliação contempla a revisão regular de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, o processo de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa 15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia atende aos requisitos para reconhecimento no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- d) Imposto de renda e contribuição social--Continuação
 - i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- d) <u>Imposto de renda e contribuição social</u>--Continuação
 - ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios 25 anos Máquinas e equipamentos 10 anos Móveis e utensílios 10 anos Equipamentos para locação 10 anos Computadores e periféricos 5 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Ativos Financeiros

No reconhecimento, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- g) Instrumentos financeiros--Continuação
 - i) Reconhecimento e mensuração inicial--Continuação

Ativos Financeiros -- Continuação

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- g) Instrumentos financeiros--Continuação
 - ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- h) Redução ao valor recuperável (Impairment)
 - i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte das contas a receber de clientes.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- h) Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação
 - i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação-Continuação

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Arrendamentos--Continuação

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

- i) Arrendamentos--Continuação
 - O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	-	16
Depósitos bancários	3.827	2.497
Aplicações financeiras	1.176	808
Total	5.003	3.321

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras, as quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram remuneradas a uma taxa de 105% do CDI.

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Contas a receber de clientes - venda de produtos	105.421	106.084
Locações a receber (-) Provisão para perda esperada de crédito	2.627 (12.409)	6.245 (11.170)
Total	95.639	101.159
Circulante Não circulante	89.417 6.222	95.209 5.950

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para perda esperada de crédito está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Caldo no início do overcínio	(44.470)	(0.750)
Saldo no início do exercício	(11.170)	(8.752)
Adições	(3.129)	(2.553)
Baixas por recebimentos	1.890	135
Saldo no final do exercício	(12.409)	(11.170)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2022	2021
A vencer	90.199	96.453
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.923	1.706
De 31 a 60 dias	666	386
De 61 a 90 dias	121	447
De 91 a 180 dias	493	969
Acima de 181 dias	13.646	12.368
Total	108.048	112.329

7. Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Matérias-primas	1.021	5.432
Produtos acabados e mercadorias	73.449	24.924
Embalagens	182	587
Licenças	2.377	-
_inha [°] Solar	6.739	-
mportação em andamento	14.266	6.315
rotal [*]	98.034	37.258

8. Impostos a recuperar

	2022	2021
ICMS	1.114	1
IPI	2.104	260
IRRF	701	513
PIS e Cofins	6.970	7.027
INSS - desoneração	1.733	1.733
Outros	348	191
Total	12.970	9.725
Circulante	4.267	1.022
Não circulante	8.703	8.703

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar--Continuação

Pis e Cofins

A Companhia discutiu judicialmente a exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, através de Ação Declaratória de Repetição de Indébito, com decisão favorável transitada em julgado em 07/2020, reconhecendo o direito creditório da Companhia nesta data, referente as diferenças do período entre 10/2012 a 06/2020, e que foi objeto de habilitação de crédito junto à Receita Federal do Brasil, devidamente homologada. O método de cálculo homologado junto ao processo se refere ao montante destacado em nota fiscal, líquido de créditos, estornos e demais valores. O montante total do ativo reconhecido foi de R\$6.970, com contrapartida em "Outras receitas operacionais", no valor de R\$5.751, e em "Receitas financeiras", no valor de R\$1.219. Este montante foi registrado no exercício de 2020 e está em processo de recebimento via precatório. O montante está classificado no ativo não circulante.

INSS desoneração

A Companhia, ajuizou ação judicial, pretendendo ver declarado seu direito de recolher a contribuição previdenciária de seus colaboradores nos moldes disposto pelo art. 22 da Lei 8.212, de 1991 (folha de pagamento) e não conforme arranjado pelas Medidas Provisórias ns 540 e nº 582 e Lei 12.546/2011, com decisão favorável transitada em julgado em 17 de agosto de 2020, reconhecendo o direito creditório da Companhia, e que foi objeto de habilitação de crédito junto à Receita Federal do Brasil, devidamente homologada. O montante total do ativo reconhecido foi de R\$1.733, com contrapartida em "Outras receitas operacionais", no valor de R\$1.118, e em "Receitas financeiras", no valor de R\$615. Este montante foi registrado no exercício de 2020 e está em processo de recebimento via precatório. O montante está classificado no ativo não circulante.

9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em 2020, no montante de R\$ 9.472, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de base negativa e prejuízo fiscal é de R\$58.322, sendo que nos 2 últimos exercícios não foram registrados impostos diferidos ativos, uma vez que as projeções preparadas pela Companhia não contemplam a compensação deste montante adicional de impostos diferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	2022	2021
Lucro contábil (prejuízo) antes dos impostos	(3.068)	6.012
À alíquota fiscal combinada de 34%	1.043	(2.044)
Benefícios fiscais ICMS	5.396	6.618
Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	(5.953)	(4.457)
Outros	(486)	(117)
Imposto de renda e contribuição social	<u> </u>	-

10. Imobilizado

	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos para locação	Veículos, computadores e periféricos e condic. de ar	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2021	3.311	3.554	263	48.277	576	55.981
Aquisições	120	554	23	-	188	885
Alienações	(1.000)	-	-	-	-	(1.000)
Em 31 de dezembro 2021	2.431	4.108	286	48.277	764	55.866
Aquisições	555	256	61	-	129	1.001
Em 31 de dezembro 2022	2.986	4.364	347	48.277	893	56.867
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2021	(547)	(1.206)	(189)	(8.191)	(395)	(10.528)
Depreciação	(170)	(377)	(14)	(4.020)	(71)	(4.652)
Alienações	225	` -	`-	` -	-	225
Em 31 de dezembro de 2021	(492)	(1.583)	(203)	(12.211)	(466)	(14.955)
Depreciação	(152)	(399)	(21)	(4.827)	(87)	(5.486)
Em 31 de dezembro de 2022	(644)	(1.982)	(224)	(17.038)	(553)	(20.441)
Valor contábil líguido						
Em 31 de dezembro de 2021	1.939	2.525	83	36.066	298	40.911
Em 31 de dezembro de 2022	2.342	2.382	123	31.239	340	36.426

A Companhia não identificou a existência de indicadores onde ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

11. Fornecedores

	Consc	olidado
	2022	2021
res nacionais	1.799	5.272
ores exterior	71.104	21.035
	72.903	26.307

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Indexador	Таха	Vencimento	2022	2021
Fundo Garantidor para Investimentos	Reais	CDI	5,9145% a 10,8224% a.a.	Ago/25	22.599	27.271
Capital de Giro/CCB	Reais	CDI	3,17% a 5,5% a.a.	Nov/25	20.212	41.275
Debenture	Reais	CDI	2,65% a.a.	Fev/27	50.000	
Capital de giro - 4.131	Dólar	VC	4,46% a.a.	Jul/23	5.000	2.904
Conta garantia	Reais	Pré	· -	-	-	590
Total de empréstimos				•	97.811	72.040
Circulante				•	91.680	30.429
Não circulante					6 131	41 611

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

			Alterações Caixa Alterações não caixa			xa	
			Amortização				
Itens	Saldo em dez/2021	Captação de empréstimo	de empréstimos	Pagamento de juros	Provisões de juros	Variação cambial	Saldoem dez/2022
Financiamentos e empréstimos	72.040	66.000	(41.020)	(8.780)	8.780	791	97.811

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	2022
2024	5.298
2025	833
Total	6.131

Em 03 de janeiro de 2022 a Companhia firmou contrato de debênture com o banco Itaú. O referido contrato possui cláusula restritiva ("covenants") que estabelece uma relação de divida líquida\EBITDA em índice não superior a 2,5 vezes para o encerramento do exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não cumpriu com este índice financeiro, sendo a penalidade prevista pelo não cumprimento deste indicador a possibilidade de declaração de default pelo credor e o vencimento antecipado do saldo devedor do contrato. Desta forma, o valor integral da transação, no montante de R\$ 50.000 foi reclassificado do passivo não circulante para o circulante em 31 de dezembro de 2022. Na data da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia ainda não obteve o "waiver" (dispensa do cumprimento de exigências contratuais) referente a esta operação.

Devido ao não atingimento dos covenants referentes à escritura das debêntures, também foram descumpridas outras cláusulas restritivas (*covenants*) não financeiros de outros contratos de financiamentos com outras instituições financeiras (*cross default*), motivo pelo qual o montante de R\$15.492 também foi reclassificado para o passivo circulante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas duplicatas a receber de clientes em garantia, as quais somam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$45.454 (R\$29.727 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social autorizado era composto de 93.586 ações ordinárias. As ações ordinárias, sem valor nominal, poderão ser representadas por títulos multiplos.

Em junho de 2021 foi realizado aumento de capital social no valor de R\$15.937 mediante incorporação de reservas para incentivo fiscal.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, até o limite de 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$419.

Reserva para incentivo fiscal

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS, com seus impactos no resultado. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$2.943 (R\$6.011 em 31 de dezembro de 2021).

Dividendos

A Companhia distribui anualmente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foi apurada base para distribuição de dividendos.

14. Instrumentos financeiros e Gestão dos riscos

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, e procura evitar a concentração de recursos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros e Gestão dos riscos--Continuação

Risco de crédito--Continuação

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.003	3.321
Aplicações financeiras	5.163	-
Contas a receber de clientes	89.417	95.209
Total	99.583	98.530

A exposição máxima ao risco de crédito está concentrada 100% no mercado nacional.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

Exercício findo em 31 de					Fluxo de	
dezembro de 2022	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos		Caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	105.536	5.298	833		111.667	97.811
Fornecedores	72.903	-	-		72.903	72.903
Total	178.439	5.298	833		184.570	170.714
Exercício findo em 31 de					Fluxo de	
dezembro de 2021	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	Caixa	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	39.339	19.988	16.544	5.079	80.950	72.040
Fornecedores	26.307	-	-	-	26.307	26.307
Total	65.646	19.988	16.544	5.079	107.257	98.347

Risco de taxas de câmbio

Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros

A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde a Companhia opera está abaixo a presentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira (milhares):

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros e Gestão dos riscos--Continuação

Risco de taxas de câmbio--Continuação

Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros--Continuação

	2022	2021
Fornecedores exterior Empréstimos e financiamentos	13.629 958	3.770 520
As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas no e	ncerramento do ano:	
	2022	2021
Dólar	5,2171	5,5799

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do dólar (US\$) dos empréstimos e financiamentos e fornecedores firmados pela companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados dois cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Descricão	Moeda	Valor origem (pagar)/ receber	Cenário Provável	Possível +25%	Possível -25%	Remoto +50%	Remoto -50%
Exposição cambial	USD	(14.587)	-	(19.025)	19.025	(38.051)	38.051

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Instrumentos financeiros e Gestão dos riscos--Continuação

Risco de taxas de juros--Continuação

	2022	2021
Instrumentos de taxa fixa		
Empréstimos e financiamentos	-	590
Instrumentos de taxa variável		
Empréstimos e financeiros	97.811	71.450
Aplicações financeiras	1.176	808

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	5.003	3.322	5.003	3.321
Aplicações financeiras	5.163	-	5.163	-
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	95.639	101.159	95.639	101.159
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Fornecedores	72.903	26.307	72.903	26.307
Empréstimos e financiamentos	97.811	72.831	111.667	80.950

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo.

Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

15. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida--Continuação

	2022	2021
Receita bruta fiscal	343.822	371.745
Menos:		
Impostos sobre vendas	(66.744)	(91.260)
Devoluções e abatimentos	(10.319)	(5.027)
Receita operacional líquida	266.759	275.458

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

	Tipo de produto /serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho,incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receitaconforme o CPC 47
(a)	Venda de placas, roteadores, Switches e outros produtos	Os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas pelo cliente. As faturas são emitidas	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.
		naquele momento. Nenhum desconto é concedido.	Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma
Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por no			reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.
	mercadorias - i.e. não há devolução de dinheiro.	Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Não há histórico significativo de devoluções.	
(b)	Locação de equipamentos	Os clientes obtêm controle dos produtos e serviços ao longo da vida útil do contrato de locação estabelecido entre as partes. As faturas são emitidas de acordo com o prazo	A receita é reconhecida em uma base linear mensal ao longo da vida útil do contrato os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.
		de pagamentos estabelecido entre as partes e não necessariamente são realizadas no mesmo prazo do contrato. Nenhum desconto é concedido.	Para o valor total do contrato é registrado um passivo de receita diferida em contrapartida de contas a receber de clientes no ativo. Os pagamentos efetuados pelo cliente são baixados do ativo em contrapartida de equivalentes de caixa e o reconhecimento da receita é baixado do passivo em contrapartida do resultado.

A movimentação da receita diferida, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida--Continuação

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita--Continuação

	31/12/2022
Saldo inicial - 31/12/2021	17.706
Reconhecimento da receita	(5.841)
Saldo final – 31/12/2022	(11.865)

16. Despesas por natureza

	2022	2021
Matéria-prima e insumos	(205.329)	(215.776)
Fretes	(6.310)	(10.015)
Pessoal	(10.532)	(10.488)
Servicos de terceiros	(4.407)	(5.588)
Depreciação e amortização	(7.084)	(5.675)
Créditos s/ depreciações e ou estornos	544	860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.129)	(2.553)
Taxas e contribuições	(4.827)	(1.580)
Outros	(7.465)	(5.234)
Total	(248.539)	(256.049)
Custo dos produtos vendidos o dos comúses prestados	(20E 220)	(045 776)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(205.329)	(215.776)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.129)	(2.553)
Despesas com vendas	(11.809)	(15.948)
Despesas administrativas	(17.387)	(14.543)
Outras despesas operacionais	(10.885)	(7.229)
Total	(248.539)	(256.049)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

17. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras:		
Juros ativos	1.075	845
Ganhos com operações de derivativos	2.347	2.086
Variação cambial	3.109	2.207
Rendimento de aplicações financeiras	1.099	174
Outras receita financeiras	89	45
	7.719	5.357
Despesas financeiras:	•	
Juros passivos	(15.843)	(7.364)
Variação cambial e desp. com importação	(6.437)	(3.589)
Perdas com outras operações de derivativos	(3.038)	(4.042)
Custos bancários	(621)	(1.105)
Descontos concedidos	(3.696)	(6.518)
Ajuste a valor presente de arrendamentos	` (399)	` (305)
Operações de debêntures	(1.304)	` -
Outras despesas financeiras	(480)	(599)
·	(31.818)	(23.522)
Resultado financeiro	(24.099)	(18.165)

18. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía contratos NDF em aberto, correspondentes a USD 758 de valor "notional", com vencimentos até janeiro de 2023, com o propósito de proteger suas operações de importação de produtos contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio. O MTM destes instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2022 gerou um ganho de R\$ 1 (perda de R\$ 2 em 2021).

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2022 contratos de SWAP em aberto, no montante de R\$154.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

19. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração, representado pelos seus diretores estatutários foi de R\$170 (R\$153 em 2021).

Adiantamentos de dividendos

No decorrer de 2022 a Companhia realizou adiantamentos à controladora OIW Participações S.A. no montante de R\$3.378, ficando com um saldo de R\$12.168 em 31 de dezembro de 2022 (R\$8.790 em 31 de dezembro de 2021).

Mútuos com partes relacionadas

Em 31 dezembro de 2022 a Companhia possuía adiantamentos de dividendos realizados com partes relacionadas (acionistas pessoas físicas) no montante de R\$7.253. Em 2018 os acionistas realizaram à transferência do controle da Companhia para a empresa OIW Participações S.A. os saldos de adiantamentos de dividendos realizados à época foram convertidos em mútuos. Os contratos de mútuo não preveem prazo de pagamento nem taxa de remuneração e as operações foram realizadas em condições específicas entre partes relacionadas.

O valor total das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 é de R\$19.466 (R\$16.066 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$19.421 referente a adiantamentos com partes relacionadas e R\$45 de outras transações.

20. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos conforme os critérios definidos pelo CPC 06 (R2) no balanço patrimonial, como direito de uso e passivo de arrendamento. A Companhia possui nove contratos de arrendamentos de imóveis, com taxa de juros de 12,50%.

A movimentação do direito de uso e do arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

20. Direito de uso e arrendamentos--Continuação

	31/12/2022
Direito de uso - arrendamentos	
Saldo inicial - 31/12/2021	2.834
Novos contratos	102
Depreciação	(1.572)
Remensuração	`1.20 4
Saldo final – 31/12/2022	2.568
	31/12/2022
Passivo de arrendamento	
Saldo inicial - 31/12/2021	2.834
Novos contratos	102
Remensuração	1.204
Ajuste a valor presente de arrendamentos	399
Contraprestação	(1.784)
Saldo final – 31/12/2022	2.755
Circulante	1.622
Não circulante	1.133

21. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$71.600 para danos materiais, conforme divisão:

	<u>Cobertura</u>
Depósito matriz RS	8.000
Escritório matriz RS	2.000
Escritório POA RS	800
Escritório SP	800
Fábrica BA	20.000
Fábrica MG	12.000
Fábrica MT	8.000
Fábrica CE	8.000
Fábrica SC	12.000
Total	71.600

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

22. Incentivos fiscais

A filial da Companhia, situada no município de Ilhéus/BA, usufrui do benefício de ICMS no Estado da Bahia na forma de crédito presumido, que foi concedido por intermédio do Decreto 4.316/95, o qual dispõe sobre o lançamento e o pagamento do ICMS relativo ao recebimento, do exterior, de componentes, partes e peças destinados à fabricação de produtos de informática, eletrônica e telecomunicações, por estabelecimentos industriais desses setores, e dá outras providências. O montante do benefício no exercício de 2022 foi de R\$7.570 (R\$13.945 no exercício de 2021), sendo reconhecido como um componente da receita operacional líquida.

A filial da Companhia, situada no município de Montes Claros/MG, usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado de Minas Gerais, o qual foi concedido por meio do Regime de Tributação Especial nº 034/2015. O montante do benefício no exercício de 2022 foi de R\$2.043 (R\$2.147 no exercício de 2021), sendo reconhecido como um componente da receita operacional líquida.

A filial da Companhia, situada no município de Cuiabá/MT, usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado do Mato Grosso, o qual foi concedido por meio do Termo de Adesão à Benefício Fiscal. O montante do benefício no exercício de 2022 foi de R\$1.201 (R\$2.895 no exercício de 2021), sendo reconhecido como um componente da receita operacional líquida.

A filial da Companhia, situada no município de Maracanaú/CE, usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado do Ceará, o qual foi concedido por meio do Regime de Tributação Especial nº 03167/2021. O montante do benefício no exercício de 2022 foi de R\$1.285 (R\$479 no exercício de 2021), sendo reconhecido como um componente da receita operacional líquida.

A filial da Companhia, situada no município de São Francisco do Sul/SC, usufrui do benefício na forma de diferimento e crédito presumido de ICMS no estado de Santa Catarina, o qual foi concedido por meio do Tratamento Tributário Diferenciado nº 215000003980943. O montante do benefício no exercício de 2022 foi de R\$3.772 (R\$0 no exercício de 2021), sendo reconhecido como um componente da receita operacional líquida.

23. Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

23. Passivos contingentes--Continuação

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ações cuja probabilidade de perda seja considerada provável. Os demais processos, que apresentam risco de perda possível, totalizam os seguintes montantes:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributário	13.752	13.752
Cível	-	35
Total	13.752	13.787

24. Eventos subsequentes

Em 10 de fevereiro de 2023 a Companhia firmou um instrumento particular de escritura da 2ª (segunda) emisão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$50.000, a qual foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 15/02/2023. Essa operação possui um prazo de 72 meses e remuneração de 100% do CDI, acrescido de um spread de 2,75% ao ano.

Adicionalmente, em 02 de janeiro de 2023 houve aditamento referente à 1ª emissão de debêntures, com alteração na remuneração, a qual passou de 100% do CDI, acrescido de um spread de 3,50% ao ano, para 100% do CDI, acrescido de um spread de 2,65% ao ano, além do aumento do prazo, passando de 60 meses, contados da data de emissão, para 72 meses. Esse documento foi registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 19/01/2023.

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia analisou as decisões individuais transitadas em julgado, e não identificou nenhum caso material em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da OIW Indústria Eletrônica S/A., em conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso VI do artigo 25, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Taquari/RS, 31 de março de 2023

FABRICIO
AZAMBUJA
FERREIRA:

75124963034

FERREIRA:
75124963034

FERREIRA:
75124963034

FERREIRA:
75124963034

Fabricio Azambuja Ferreira CPF: 751.249.630-34

Diretor

ROBERTO | AZAMBUJA FERREIRA: 98884662087

Assinado digitalmente por ROBERTO AZAMBUJA ERREIRA-8805462007 (JU-Secretario da Receita Federal do Baral - RFB OLURFS E-OPP A3 OLU-elle BRANCO), OLU-01572628000174, OLU-entificado dej CN-NOBERTO AZAMBUJA FEREIRA-8868462087 Ražão: Eu estou aprovando este documento Lecilização: sus colaziação de assinatura aqui Date: 2023.03.31 (93:55-94300'

Roberto Azambuja Ferreira CPF: 988.846.620-87

Diretor



Unidade Produtiva e







Região Sudeste: (11) 3090,3653 - Demais regiões: (51) 3653,6800 - vendas@oiw.com.br

B. Jaraguá Montes Claros/MG

de Distribuição (MT)



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da OIW Indústria Eletrônica S/A., conformidade com a Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, Subseção III - Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 25, que revisamos, discutimos e concordamos com o conteúdo e conclusão expressa no Parecer dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia e empresas controladas (Consolidado), referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaborado pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.

Taquari/RS, 31 de março de 2023

FABRICIO
AZAMBUJA
FERREIRA 7: 124963034
PTERREIRA 2: 75124963034
PTERREIRA 2: 75124963034
PTERREIRA 3: 75124963034
PTERRE

Fabricio Azambuja Ferreira CPF: 751.249.630-34

Diretor

ROBERTO

ROBERTO
AZAMBUJA
FERREIRA:
98884662087

PROPRIED ASSISTANCE OF THE STANDARD ASSISTANCE OF THE STANDARD

Roberto Azambuja Ferreira CPF: 988.846.620-87

Diretor









Região Sudeste: (11) 3090.3653 - Demais regiões: (51) 3653.6800 - vendas@oiw.com.br

Escritório Regional de

Vendas (SP)